

Revisão de literatura
Documento base para o Grupo de Trabalho de
Gestão do Conhecimento do Instituto Unibanco

**Evasão Escolar: fatores associados e boas práticas de
prevenção e remediação**

Professor Luiz Carlos Faria da Silva

Universidade Estadual de Maringá

Fevereiro de 2009

1 – Esclarecimentos preliminares

“Conclusion in science do not derive from a single experiment but from the convergence of results from many different partially diagnostic studies”

Stanovich, K. Forstering the scientific study of reading instruction by example. In: Sthal, K. A. D. & McCKenna, M. C. Reading Research at Work.

Em países nos quais a trajetória de desenvolvimento econômico vem de longa data e onde a formatação institucional da vida política favorece uma incorporação mais ágil e menos traumática das mudanças nascidas na dinâmica desse desenvolvimento a realidade evocada na expressão *evidence based policy* já deixou de ser novidade.

Nesses países, mas também naqueles cujas sociedades viveram processos de dinamização econômica e sedimentação da democracia representativa no estilo ocidental a partir dos anos 80 do século passado, cresce a exigência da eficiência no gasto público.¹ Afluência econômica e liberdade política se somam na formação de um ambiente em que dos governantes e dos programas governamentais cada vez mais se exige, respectivamente, prestação de contas e efetividade. Nessas circunstâncias, o conceito de *evidence based policy* avança.

A Ciência, naturalmente, constitui o manancial dessas evidências. Desde a irrupção do conceito o campo no qual uso sistematizado de evidências produziu maior impacto foi o da Medicina. Nele se consagrou um conjunto de procedimentos metodológicos rigorosos, conhecidos como RCT – *Randomized Controlled Trials* - para a condução de experimentos capazes de indicar, com alto grau de confiança, dadas as rigorosíssimas condições de controle e a possibilidade de replicação dos achados, intervenções e procedimentos comprovadamente eficazes.

¹ E essa exigência, ao que parece, não arrefecerá com a crise econômica mundial. Mesmo que se tenha aberto espaço para a reconsideração do papel macroeconômico do gasto público como acabamos de ver na peça orçamentária de 2010 nos EUA. Ou na concessão do Prêmio Nobel de Economia a Paul Krugman.

Foram notáveis, a partir da segunda metade do século passado, os resultados: imunização de vastos contingentes populacionais contra doenças como sarampo, poliomielite, rubéola, certos tipos de hepatite, febre amarela, tuberculose.² O recuo da mortalidade por doenças infecciosas como sífilis, tuberculose, meningite pneumonia, crupe etc. em função da descoberta dos antibióticos e sua produção em escala industrial. Diagnóstico e tratamento precoce de vários tipos de câncer, como os de pele, mama e próstata. Descoberta e controle dos fatores de risco para doenças cardiovasculares. Tudo isso proporcionou o controle da prevalência e incidência de vários tipos de doença, com reflexo nos indicadores de desenvolvimento humano por intermédio do aumento da expectativa de vida.

No campo da saúde se consagrou, então, a idéia de uma medicina *evidence based*. A generalização do conceito e a iniciativa de identificar, reunir, organizar e prover evidências científicas no campo da medicina esteve na base, por exemplo, da organização de origem inglesa *The Cochrane Collaboration*.

E logo a idéia de elaboração de *evidence based policies* se estendeu a outros campos como a prevenção e o combate ao crime, a organização e gestão de sistemas de bem estar social e as intervenções educacionais. Assim surgiu, também na Inglaterra, a *Campbel Collaboration*. Ela, a exemplo da *Cochrane Collaboration* age para disseminar **revisões sistemáticas de literatura**. Com a diferença de ter estendido o trabalho aos campos da Educação, Crime e Justiça e Sistemas de Bem Estar Social. Sua finalidade é facilitar o acesso a evidências científicas firmemente estabelecidas para apoiar decisões sobre implantação de intervenções sociais nessas áreas.

A Inglaterra é o país em que essas iniciativas estão mais avançadas e disseminadas. Além das duas iniciativas citadas lá surgiram centros de produção e disseminação de evidências científicas no campo específico da educação. São exemplos o WEB site EBE – *Evidence Based Education* - alocado no CEM - *Centre for Evaluation and Monitoring* - que é, por sua vez, baseado na *Durham University*, e o *Evidence for Policy and Practice Information and Co-ordinating Centre* (EPPI-Centre), que integra a *Social Science Research Unit* do *Institute of Education* na *University of London*.

² Desde 1998, com base em artigo publicado por Wakefield et al. na revista médica *The Lancet*, especulase a respeito de uma possível relação entre a vacina MMR (*Measles, Mumps, Rubella* - Sarampo, Caxumba e Rubéola) e autismo. As evidências, entretanto, em inúmeros estudos rigorosamente controlados, desmentem cabalmente a hipótese. Não há nada nesse sentido registrado, por exemplo, pelo VAERS – *The Vaccine Adverse Event Reporting Systems*. O VAERS é um programa cujo objetivo é garantir a segurança da administração de vacinas nos EUA por intermédio de um sistema aberto que recolhe e registra relatos de eventos de efeitos adversos relacionados à vacinação no país. O VAERS é operado em parceria pelo Centers for Disease Control and Prevention e a Food and Drug Administration.

No âmbito da Diretoria de Educação da OECD uma série de *workshops* sobre *Evidence-based Policy Research in Education*, realizados pelo CERI – *Center for Educational Research and Innovation* – entre 2004/06, resultou em uma publicação intitulada *Evidence in Education: Linking Research and Policy*. Essa publicação mira os desafios enfrentados por elaboradores de políticas educacionais, pesquisadores e agentes educacionais no uso de evidências para a escolha de intervenções efetivas. E procura apontar os caminhos para a remoção dos obstáculos que até agora impediram ou dificultaram uma atuação concertada desses grupos.

Desde 1983 existe, nos EUA o *Council for Excellence in Government*. Um dos programas dessa organização intitula-se *Evidence Based Policy*. Tal programa tem publicado vários documentos sobre o uso de evidências científicas nas ações governamentais, sobretudo no campo da Educação. Sob o patrocínio do *Council for Excellence in Government*, foi criada, em 2001, a *Coalition for Evidence based Policy*. Das ações dessa organização resultou, nos últimos anos, um aumento significativo de provisão de recursos para fundos cuja finalidade é apoiar rigorosas pesquisas e avaliações em educação, prevenção de crimes e outras políticas sociais. Atualmente a *Coalition for Evidence Based Policy* administra um *web based* programa intitulado *Social Programs That Work*. Esse programa sumariza e divulga um seletivo grupo de pesquisas no âmbito das ciências humanas e sociais que usam o modelo RCT.

O potencial de impacto dos estudos conduzidos nos termos desse padrão metodológico é altíssimo. Seus resultados são capazes de indicar se um determinado programa social tem efeitos importantes, se produz resultados concretos no ambiente onde é aplicado e se pode ser prontamente replicado a baixo custo. Por outro lado, resultados de experimentos assim desenhados podem fornecer elementos de decisão para verificar se um dado programa de ação, eventualmente de larga utilização, carece de efetividade ou é pouco eficaz.

Também nos EUA o *Education Sciences Reforms Act* criou, em 2002, o IES – *Institute for Education Sciences* - braço científico do *US Department of Education*. O IES, entre inúmeras atividades, como o lançamento de editais pelos quais se pode ter acesso a fundos para pesquisa educacional, mantém uma iniciativa que dissemina evidência científica em Educação, o *What Works Clearinghouse*.³

³ Criado em 2002 o *What Works Clearinghouse* (WWC) é uma referência central e reconhecida de evidência científica sobre o que é efetivo em educação. Iniciativa do *Department of Education's Institute of Education Sciences*, o WWC produz guias práticos simplificados sobre questões educativas que constituem desafios instrucionais. Nesses guias apresenta recomendações para ação em escolas e turmas escolares, sempre fundadas em evidências baseadas em pesquisa científica. Além disso, o WWC: afere o rigor das evidências derivadas de pesquisas sobre a efetividade de intervenções educacionais (programas,

O conceito de *evidence based policy* não é incontroverso. Mas ele desperta cada vez mais interesse. E sua aplicação nas práticas de elaboração e implantação de políticas parece ter vindo para ficar. Mais do que isso, sua evolução fortalece o papel da pesquisa experimental no acúmulo de evidências.

Embora nem de longe isso tenha abolido o papel das pesquisas qualitativas ⁴ como instrumento para a produção de conhecimento no âmbito das ciências humanas e sociais, está claro que se o caso é de saber se uma determinada ação causa um determinado efeito e, portanto, se uma intervenção ou programa é efetivo, ou, ainda, quando o desafio é de decisão entre dois ou mais programas comprovadamente efetivos, estudos do tipo RCT, preferencialmente longitudinais, são indispensáveis.

Ademais, nesse processo que levou à sedimentação do conceito de *evidence based policy* também ficou claro que conquanto não seja panacéia, o procedimento metodológico adequado à identificação e reunião do conjunto de evidências da efetividade e eficácia de intervenções e procedimentos é a **revisão sistemática de literatura**, sobretudo quando ela inclui metanálise.

As revisões sistemáticas localizam, selecionam e reúnem, segundo critérios específicos, estudos sobre um determinado tema. Em seguida analisam, e eventualmente recalculam, tamanhos de efeito das intervenções nos estudos analisados. Ao incluírem metanálise as revisões sistemáticas calculam a média dos tamanhos de efeito entre todas as intervenções dos estudos selecionados.

Em geral revisões sistemáticas, e não revisões descritivas (como a que agora realizaremos), sobretudo se usam metanálise, tendem a incluir somente estudos publicados em revistas *peer reviewed*, que envolvam grupo de intervenção e controles, que coletem dados suficientes para tratamento estatístico avançado de variáveis, e que introduzam aleatoriamente no estudo tanto sujeitos que sofrerão a intervenção quanto controles.

Estudos qualitativos, observacionais ou descritivos, etnográficos, estudos de caso, não costumam ser elegíveis para revisões sistemáticas de literatura se o objetivo é reunir evidência sobre a

produtos, práticas, e políticas); fornece aos educadores ferramentas para tomada de decisão informada, desenvolve revisões e realiza sínteses de pesquisa educacional, e, por fim, organiza e mantém disponível ao público um diretório de *experts* em avaliação educacional para assistir escolas, secretarias de educação, desenvolvedores de programas educacionais a desenhar e realizar rigorosas avaliações.

⁴ Estudos descritivos, observacionais e etnográficos, por exemplo, que são apropriados para caracterizar um fenômeno, descrevê-lo, levantar hipóteses sobre fatores explicativos e elaborar teorias, entre outras coisas.

efetividade de um fármaco ou procedimento (caso da medicina) ou um programa de prevenção da evasão escolar, redução da criminalidade juvenil, prevenção da gravidez na adolescência, para dar exemplos no campo das intervenções sociais. Revisões sistemáticas incluem estudos qualitativos são destituídas de capacidade para indicação de evidências da efetividade de uma intervenção.

Outros tipos de estudos, como os estudos correlacionais, ou os quase-experimentais, podem resultar em achados cuja acumulação ajuda, certamente, a constituir evidências. Mas o estado atual da arte sobre metodologia científica aponta sua insuficiência para estabelecer, com segurança, relação de causa e efeito entre um tipo de intervenção e o desenvolvimento de uma conduta, por exemplo.⁵

No caso da identificação de fatores de risco para o fenômeno da evasão escolar no Ensino Médio estudos correlacionais podem entrar no rol daqueles cujas características lhes conferem capacidade de produzir achados que possam vir a constituir evidências. Geralmente são feitos por economistas que pesquisam fatores de produção da educação. Mas também por demógrafos. E por profissionais da saúde.

Já a identificação de evidências sobre o que é efetivo na prevenção e remediação do fenômeno da evasão escolar (as chamadas boas práticas), com base na análise do que se produz sobre esse tema na pesquisa educacional brasileira, é tarefa impossível, ao menos se aplicarmos aos estudos que circulam entre nós os critérios internacionalmente reconhecidos de qualidade de pesquisa científica.

⁶ E o motivo é simples: tais evidências não existem.

⁵ Um dos estudos mais bem conduzidos nesse campo do exame da alocação do tempo e escolhas entre trabalho e estudo entre adolescentes de que temos conhecimento foi publicado em Textos para Discussão, nº 797, do IPEA, em 2001. O trabalho foi elaborado para o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento - no âmbito do projeto *Adolescents in Latin America and Caribbean: examining time allocation decisions with cross-country micro data*. Em que pese sua alta qualidade, ao definir o modelo de regressão utilizado, por exemplo, os autores se manifestam do seguinte modo: “Em virtude da escassez de modelos teóricos que **derivem uma equação estrutural para uma análise de causalidade, (grifo nosso)** baseamos o formato de nossa equação nos argumentos teóricos sintetizados na seção anterior”.

Isso significa que as conclusões sobre causalidade, nesse trabalho, cujo valor e rigor metodológicos são reconhecidos, são fortemente dependentes de **argumentos teóricos** (grifo nosso).

⁶ Esse problema do grau de rigor científico na pesquisa educacional não é apanágio do Brasil. Dos EUA, país que ocupa a liderança mundial em pesquisa científica, o NICHD - *National Institute of Child Health and Human Development* publicou, em 2000, o relatório final do NRP - *National Reading Panel*, intitulado *Teaching Children to Read: An Evidence-Based Assessment of the Scientific Research Literature on Reading and Its Implications for Reading Instruction*. Entre 1962 artigos que o subgrupo ALPHABETICS, do NRP Report, selecionou para uma revisão sistemática de literatura sobre procedimentos o impacto do treino em consciência fonêmica na habilidade de leitura de crianças, somente 52 estudos subsistiram a um escrutínio de qualidade baseado nesses padrões. No subgrupo PHONICS INSTRUCTION, de 1363 estudos localizados apenas 38 foram habilitados.

Ao final de 2008, também nos EUA, o *National Center for Family Literacy* publicou o *Developing Early Literacy Report Panel: A Scientific Synthesis of Early Literacy Development and Implications for*

Outra fonte de dificuldade para a uma abordagem precisa da questão relacionada à identificação de fatores condicionantes da evasão tanto quanto das práticas que podem remediá-la ou preveni-la está na demografia educacional. Não se deve esquecer a lição aprendida nos anos 80. O tratamento equivocado de dados da demografia escolar levou à formulação e implantação de políticas equivocadas.⁷

Atualmente, números dos Censos Escolares divulgados pelo INEP mostram uma queda nas matrículas no Ensino Médio. Mas o mesmo INEP mostra crescimento no número de matrículas na faixa etária de 15 a 17 anos. Por outro lado, o IBGE informa que a população residente de 15 a 17 anos no Brasil é de aproximadamente 10.262.000 pessoas.⁸ Enquanto isso, o número de alunos dessa faixa etária matriculados no Ensino Médio não chega a 5.000.000.⁹ Onde estão os outros 5.000.000? Quantos deles ainda estão cursando Ensino Fundamental? Quantos estão simplesmente fora da escola?

Não basta olhar os dados brutos das matrículas. É preciso desagregá-los de diversas formas.

- Quem chega e quem não chega ao Ensino Médio?
- Entre os que chegam, quem conclui?
- Qual é o perfil socioeconômico, cultural e familiar dessa população?
- E quanto aos que não concluem?
- Quem mais se evade?
- Alunos do sexo feminino ou masculino?
- Nos turnos matutino, vespertino ou noturno?
- Em escolas de unidades administrativas públicas ou privadas?
- Em que Estados do Brasil?
- Nas regiões metropolitanas ou no interior?
- Quais as características de sua vida escolar pregressa?
- Qual foi a sua trajetória escolar em termos de tempo de conclusão das etapas de ensino anteriores?
- E qual foi o desempenho escolar em Leitura, Matemática, Ciências, por exemplo?

Intervention. O relatório tornou publico o resultado de uma revisão sistemática de literatura feito com o concurso de metanálise. O trabalho recebeu financiamento compartilhado entre o *Department of Health and Human Services* e o *National Institute for Literacy* para **identificar habilidades** que crianças de 0 a 5 anos devem desenvolver tendo em vista o sucesso na alfabetização e para **apontar as práticas instrucionais mais efetivas para esse fim**. O levantamento inicial de trabalhos que potencialmente deveriam ser analisados encontrou 7.313 estudos. Somente 234 passaram nos critérios de cientificidade para entrarem na metanálise.

⁷ Philip R. Fletcher. A demografia do desenvolvimento da educação no Brasil. Revista Brasileira de Política e Educação. Porto Alegre. v.21, n.1/2, p. 32-60, dez., 2005.

⁸ IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2008, tabela 1.2, p. 35. Versão eletrônica, p. 35.

⁹ MEC/INEP. Censo Escolar 2007.

Já temos dois censos escolares realizados pelo sistema EDUCACENSO. Em 2007 as matrículas no Ensino Médio caíram 16%, globalmente, comparadas com 2006. Em 2008, a queda, frente ao ano anterior, foi percentualmente irrelevante.

Mas a desagregação desses números mostra que, mesmo em 2008, houve quedas absolutas expressivas. Na Região Norte o recuo no número de matrículas foi de 2,1%, número percentualmente baixo. Mas que representou 15.616 matrículas em termos absolutos. Se desagregarmos por estado e olharmos o que ocorreu no Pará a queda foi de 8,1%. Em números absolutos atingiu a cifra de 30.505 matrículas a menos.¹⁰ É um número gigante.

- O que, precisamente, aconteceu ali?
- Essa situação resultou de uma limpeza nas bases de dados que eliminou informações incorretas? Ou correspondeu a perda efetiva de aluno em sala de aula?
- Se essa queda correspondeu a um ajuste nos dados, esse tipo de procedimento ocorreu somente ali?
- Quanto da análise dos fenômenos educacionais brasileiro toma por base dados sobre os quais não há uma crítica estatística rigorosa?

Outro aspecto:

- Qual é a exata situação educacional em cada região, em cada Estado, em cada cidade ou localidade, e em cada escola, no que diz respeito às condições socioeconômicas, às circunstâncias da vida familiar, à trajetória escolar, ou, ainda, às características de gênero, quando levamos em consideração as coortes de idade?

A importância da precisão na coleta, tratamento e disseminação desses dados, bem como do monitoramento dos fatos pedagógicos e administrativos da vida escolar dos alunos aparecerá claramente quando resumirmos em sessão posterior os fatores associado à evasão e as boas práticas para sua prevenção. Veremos, por exemplo o que a França faz nesse momento quanto a essa questão.

Partindo-se do reconhecimento e da importância da idéia de *evidence based policy*, pusemos em relevo, até aqui, duas características da pesquisa educacional brasileira sobre evasão escolar e fatores de risco a ela associados. A primeira foi a escassez, a ausência de estudos metodologicamente adequados para o fornecimento de evidências que possam fundar decisões sobre esse problema. A segunda, a necessidade de grande cautela quanto aos dados da

¹⁰ MEC/INEP. Censo Escolar 2008.

demografia educacional e aos dados de movimento da população escolar.

Frente a tais características de nossa pesquisa educacional o que se pode fazer, tendo em vista a consecução da tarefa de prover subsídio à identificação e implementação de possíveis ações com potencial de prevenção e de remediação da evasão escolar no Ensino Médio, é levantar as evidências disponíveis em outros países.

Quanto a essa escolha cabe precisar algo. Não examinamos dados relativos a continentes como a Ásia e a África. Mas os estudos metodologicamente consistentes em vários países indicam que esse fenômeno da evasão tem algo de universal. Ele preocupa pais, professores, autoridades educacionais, lideranças políticas, empresariais, comunitárias em vários países e continentes. Na América do Norte e na América Latina.

Na Europa ocidental e na Europa oriental. Em países pobres, tanto quanto em países que se encontram em desenvolvimento. E mesmo nos países mais afluentes como EUA, Inglaterra e França, por exemplo.

Desse modo, ainda que estudos bem conduzidos se refiram à influência de fatores institucionais e culturais no fenômeno da evasão escolar e chamem a atenção para a ampla variação desses fatores entre os países não há dúvida de que o fenômeno tem condicionantes comuns.

Na sessão seguinte dirigiremos nossa atenção para o que está apontado em três estudos brasileiros sobre evasão escolar. Não se trata de estudos que indiquem boas práticas de prevenção e remediação da evasão escolar. Em geral podemos retirar deles a indicação de fatores associados à evasão. E em que pese não possuírem desenho metodológico de estudos experimentais do tipo RCT seu nível de qualidade é compatível com as exigências de rigor para a constituição de evidências. Com efeito, seus resultados são convergentes, como poderemos atestar na sessão final desse trabalho, com o estado da arte mundial a respeito dos fatores de risco da evasão escolar no Ensino Médio.

2 – Três estudos importantes na literatura brasileira sobre fatores associados à evasão escolar no Ensino Médio

Os esclarecimentos alinhados na sessão anterior apontaram a necessidade de uma atenção especial à coleta, tratamento e disseminação de dados de rendimento e dados de movimento da população escolar para caracterização e descrição precisas do fenômeno da evasão resultam em duas indicações principais. Além disso, puseram em relevo o fato de que revisões sistemáticas rigorosas, no que diz respeito aos critérios de elegibilidade dos estudos serem revistos, são as únicas fontes confiáveis de evidência. Por fim, indicaram que, no Brasil, ainda não acumulamos estudos com padrão metodológico para produção de evidências que possam justificar a realização de uma revisão sistemática. Com efeito, buscas guiadas pela aplicação associada de descritores como ensino médio, evasão escolar, prevenção e fator de risco, em bases de dados nacionalmente conhecidas, além de recuperar pouquíssimos estudos, não identificam senão estudos descritivos ou observacionais.¹¹

Há pouquíssimas exceções. Elas incluem estudos correlacionais realizados por economistas, demógrafos e médicos que exploram, em regressões multiníveis, o papel de variáveis relacionadas ao indivíduo, a fatores escolares e a fatores socioeconômicos na prevalência e incidência da evasão escolar em geral e no Ensino Médio em particular. E uma revisão sistemática que, embora não seja rigorosa, se sobressai no campo da pesquisa sobre a evasão escolar.

Considerando essas exceções, podemos destacar três trabalhos:

- **Evasão escolar: revisão sistemática da literatura mundial sobre fatores de risco e intervenções.** Ana Soledade Graeff-Martins e al.¹²

A revisão utilizou um critério de inclusão bastante frouxo: publicação em revista científica, relato de dados originais, dados sobre fatores de risco para evasão escolar ou programas de

¹¹ As bases de dados são: Scielo - *Scientific Eletronic Library Online* – e BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

¹² O artigo completo integra a dissertação de mestrado da autora, médica, Doutora em Psiquiatria pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Texto em PDF recuperado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia no seguinte endereço: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6090/000480610.pdf?sequence=1> Acesso em 4/03/09.

intervenção/prevenção. A recuperação de registros privilegiou bases de dados computadorizadas em psicologia, psiquiatria e saúde pública (Medline, LILACS e PsycINFO) e usou os seguintes termos de busca: *school dropout, risk factors, prevention e intervention*. O trabalho não utilizou metanálise e se limitou à classificação dos estudos em termos das metodologias utilizadas e posterior relato dos resultados. Mesmo assim é um trabalho que se destaca no cenário da pesquisa brasileira sobre o tema.

O trabalho é relevante por exemplificar a necessidade de revisões sistemáticas e por documentar a lacuna de estudos com desenhos metodologicamente adequados à produção de evidências nesse campo, particularmente no Brasil, onde somente dois estudos tiveram resumo recuperado e apenas um teve resultados analisados e reportados por ter sido incluído no rol de estudos elegíveis pelos critérios aplicados.

Sobre isso Ana Soledade Graeff-Martins indica que “é importante registrar a escassez de estudos bem conduzidos abordando fatores de risco e programas de intervenção em evasão escolar. Mais significativamente, quase nenhum dos estudos foi desenvolvido em países em desenvolvimento onde a evasão escolar é mais prevalente e certamente tem um maior impacto na sociedade”.

- **School Drop-Out and Push-Out Factors in Brazil: The Role of Early Parenthood, Child Labor, and Poverty.** Ana Rute Cardoso. Dorte Verner. Institute for The Study of Labour. Bonn. Discussion Paper 2515. Dezembro, 2006.

Trata-se de um estudo que coletou dados sobre motivos de evasão em adolescentes da periferia pobres da cidade de Fortaleza, no Ceará. O estudo do tipo survey apresenta estatísticas descritivas dos dados coletados e aponta fatores de risco para a evasão entre esses adolescentes, bem como sugere ações de prevenção que poderiam ser bem sucedidas.

O trabalho faz um mapeamento dos diversos equacionamentos da questão e a referência aos fatores de risco. E põe em relevo os seguintes fatores:

- Parentalidade (paternidade/maternidade) precoce.
- Pobreza extrema com privação alimentar na infância.
- Aumento do custo da frequência à escola

Um achado importante é que o abandono da escola entre a população adolescente objeto do estudo, vale lembrar, residente nas periferias

pobres de Fortaleza, não leva necessariamente ao trabalho. Ao contrário, mais freqüentemente leva à inatividade.¹³

Com base nesses achados a autora especula sobre políticas capazes de reduzir a evasão: diminuição, direta ou indireta dos custos da freqüência à escola. Uma sugestão apresentada por ela é incluir adolescentes de 15 a 18 anos na população alvo de programas de transferência de renda com condicionalidades.

- **Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina.** Carlos Henrique Corseuil. Daniel Domingues Santos. Miguel Nathan Foguel. Texto para discussão N° 797. IPEA.

Nesse estudo os autores comparam as chances de escolha entre trabalhar, estudar, trabalhar e estudar e não fazer nenhum dos dois, considerando população adolescente em quatro países da América Latina: Brasil, Chile, Peru e Honduras. O foco está em identificar os fatores que incidem sobre as decisões de alocação de tempo entre os jovens. Os autores lembram, o que é importante para o tipo de preocupação que deu origem a esse trabalho, que outros autores já fizeram estudos sobre o mesmo tema com dados agregados para toda a América Latina e para um único país, a saber, o Brasil.¹⁴

Os autores realizaram uma análise multivariada que lhes permitiu estimar os efeitos de distintas variáveis na escolha dos jovens quanto às decisões de alocação de tempo entre trabalho, estudo, os dois ou nenhum.

Entre os resultados das regressões multivariadas destacam-se o papel da educação dos pais, cuja forte influência pode ser notada em todos os países analisados.

¹³ Será muito importante explorar esse achado. Ele é convergente com a interpretação dada por Cláudio Moura e Castro a respeito do fator de atração do mercado de trabalho como possível causa da evasão escolar.

¹⁴ BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21, n. 2, 1991.

Quanto a esse trabalho vale lembrar que CORSEUIL e colegas apontam diferenças do impacto da renda familiar na alocação de tempo dos jovens entre trabalho e estudo em função da não inclusão do fator educação dos pais nas análises de BARROS e MENDONÇA.

MENEZES-FILHO, N. A., FERNANDES, R., PICHETTI, P., NARITA, R. The choice between school and work in Latin America. *Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia*, 2000.

Tal influência consiste no aumento da probabilidade dos jovens se dedicarem ao estudo na medida em que consideremos pais mais educados, independentemente do sexo do jovem.

Outro destaque foi a percepção dos autores sobre algumas diferenças entre os resultados das regressões por países, ainda que em algumas regressões tenha havido estabilidade como no caso do impacto do nível de educação dos pais.

Para eles isso mostrou que fatores institucionais e culturais, diferenciados entre os países, afetam as decisões de alocação de tempo entre os jovens.

3 – Síntese de achados e recomendações da literatura internacional: fatores associados e ações efetivas para prevenir evasão no Ensino médio.

No Brasil, dados do Censo Escolar sobre matrículas no Ensino Médio, dados populacionais e de indicadores sociais divulgados pelo IBGE (Síntese de Indicadores Sociais/PNAD), dados do Sistema SAEB, e também do PISA, além da observação empírica de quem acompanha o dia-a-dia das escolas de nível médio, não deixam dúvida: temos gravíssimos problemas quanto à educação de nossos adolescentes. Como se não bastasse o fato de que temos um grande caminho a percorrer no que diz respeito à qualidade de ensino para atingirmos o desempenho médio dos países desenvolvidos vemo-nos às voltas com um fenômeno que ameaça nos lançar no pior dos mundos: **diminuição do tempo médio de escolaridade da população brasileira, em função da evasão escolar, particularmente no Ensino Médio, somada ao déficit de qualidade para os que não se evadem.**

Além de ficar atentos a isso, deveríamos observar que o Brasil está passando por uma transição demográfica. Em 40 anos, adultos e idosos integrarão uma porcentagem maior da população do que crianças e jovens. “Em 2000, enquanto as crianças de 0 a 14 anos correspondiam a 30% da população total, o contingente com 65 anos ou mais representava 5%”. Em 2050, ambos os grupos etários terão participação em torno de 18% na população total.

Isso significa que em três a quatro décadas o país terá que crescer economicamente o suficiente para incorporar um grande contingente populacional que ainda está à margem do processo econômico e, ao mesmo tempo, ser capaz de enfrentar as exigências econômicas advindas da inversão da pirâmide populacional. Em “2000, para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos, havia 18,3 idosos de 65 anos ou mais. Em 2050, a relação poderá ser de 100 para 105,6”.¹⁵

E sabemos a importância da formação juvenil de nível médio numa economia mundial que é cada vez mais intensiva em tecnologia.

Não há alternativa. Teremos que “assoviar e chupar cana”: **melhorar rapidamente a qualidade de ensino e estancar a perda de alunos no nível médio.**

¹⁵ IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período de 1980-2050 – Revisão 2004. Páginas 62-63 e 66. Disponível para leitura em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2004/metodologia.pdf> Acesso em 1 de março de 2009.

Duas tarefas são, então, inadiáveis:

- Criar meios para identificar e descrever com presteza e precisão o que está ocorrendo na vida escolar de nossos adolescentes em termos de evasão escolar, por um lado e, por outro, discernir e implantar também expeditamente as práticas necessárias à manutenção dos adolescentes na escola.
- Criar instrumentos para o acompanhamento detalhado da trajetória escolar dos alunos desde as primeiras séries do Ensino Fundamental, de modo a desenvolver capacidade de identificar antecipadamente o risco de evasão no Ensino Médio.

A evasão escolar no Ensino Médio não é um evento sem etiologia. Com monitoração da vida escolar do aluno desde o Ensino Fundamental é possível discernir se ele está entrando na zona de risco para evasão no Ensino Médio. Há meios para abortar o episódio da evasão agindo antes de sua ocorrência.

Nesse caso podemos e devemos olhar para a França e seu *Plan Espoir Banlieus*, elaborado para enfrentar o fenômeno da "*décrochage scolaire*". As orientações por ele contidas foram publicadas no Bulletin Officiel n° 1 de 1 de janeiro de 2009, assinado pelo Ministro da Educação Xavier Darcos e dirigida às autoridades que possuem responsabilidades educacionais:

«Os trabalhos que precederam as decisões do Comitê Interministerial das Cidades em 20 de junho passado mostraram uma dupla exigência : por um lado, **conhecer, precisamente, a importância da evasão escolar e de medir sua evolução**, por outro, construir, e colocar em prática, respostas adaptadas aos territórios em que o fenômeno se manifesta ». ¹⁶

O documento vem acompanhado de orientação e material para elaboração de diagnóstico e acompanhamento da vida escolar dos alunos. O objetivo é acumular informação detalhada sobre a trajetória escolar dos alunos.

A iniciativa francesa se coaduna com um dos achados mais consistentes das mais rigorosas revisões sistemáticas sobre evasão como as realizadas pelo What Works Claringhouse, já citado aqui, pelo relatório técnico sobre prevenção da evasão escolar e boas práticas de remediação publicado pelo *National Dropout Prevention*

¹⁶ Bulletin officiel n° 1 du 1 du janvier 2009. Enseignement Élémentaire et Secondaire. **Plan Espoir Banlieus. Décrochage scolaire : mise en œuvre des décisions du Comité interministériel des villes du 20 juin 2008.** Texte adressé aux préfètes et préfets de département (pour attribution) ; aux rectrices et recteurs d'académie (pour attribution) ; aux préfètes et préfets de région (pour information).

Center nos EUA.¹⁷ A evasão escolar não é um evento sem história. Ela possui uma etiologia.

Por outro lado, acompanhando de modo mais rigoroso possível as indicações sobre a produção de evidências científicas a respeito das práticas efetivas nos diversos campos educacionais, os EUA, que também se vêem às voltas com uma grande crise de **dropout** vêm empreendendo várias iniciativas para reunir, organizar e disseminar evidências sobre fatores de risco, prevenção e programas de ação para enfrentar esse problema.

Ainda que fatores institucionais e culturais, como assinalam estudos brasileiros referidos na sessão anterior desse trabalho, interfiram nos condicionantes do fenômeno da evasão escolar no Ensino Médio, as evidências são de que tal fenômeno possui aspectos universais tanto no que diz respeito ao aluno, quanto no que diz respeito ao funcionamento escolar, e, por fim, no que se relaciona com as circunstâncias socioeconômicas das famílias.

Assim é que o IES - *Institutue od Science Education*, baseado em processos que lhe permitiram identificar e organizar evidências científicas, **organizou um painel de experts que preparou um conjunto de indicações sobre os fatores de risco para a evasão escolar e, igualmente, listou ações que podem ser efetivas para preveni-la e remediá-la.**

Trata-se do *IES Practice Guide – Dropout Prevention*, publicado em setembro de 2008.

As indicações são convergentes com as evidências acumuladas pelo *What Works Clearinghouse*, que acabou de escrutinar 84 intervenções para prevenir ou remediar **dropout**. E com o ***Dropout Risk Factors and Exemplary Programs Report***, do *National Dropout Prevention Center*.

Os painelistas advertem que uma das ações de prevenção da evasão escolar sugeridas por eles foi classificada como FRACO pelo WWC – What Works Clearinghouse – no que diz respeito ao nível de evidência de efetividade. E que algumas foram avaliadas como tendo nível de evidência de efetividade MODERADO. Mas justificaram sua inclusão na lista que apresentaram.

Por outro lado, é preciso assinalar que os *standards* aplicados pelo WWC para avaliação de efetividade das ações educacionais são rigorosíssimos. E públicos.

¹⁷ Dropout risk factors and exemplary programs: a technical report. National Dropout Prevention Center/Network, May 2007.

Dados os aspectos universais do fenômeno, educadores brasileiros devem e podem, perfeitamente, usar essas indicações para desenhar e implementar ações que, levando em conta os fatores institucionais e culturais peculiares à manifestação do problema no Brasil, tornem-se instrumentos eficazes para a prevenção e contenção da evasão escolar no Ensino Médio nacional. Podem, outrossim, organizar sistemas de monitoramento para detectar antecipadamente, como o fazem os médicos com o câncer de mama e próstata ou com o diabetes, e agir antes que o mau se instale.

Excerto do Guia de Prevenção da Evasão Escolar do Instituto de Ciências da Educação do Departamento de Educação dos EUA.

Este guia apresenta uma série de seis recomendações para reduzir taxas de evasão escolar. As recomendações estão divididas em três categorias: (i) processos de diagnóstico para identificar o nível dos estudantes e problemas de evasão nas escolas em geral, (ii) intervenções orientadas para um subconjunto de alunos do ensino fundamental e médio que são identificados como em risco de abandono, e (iii) reformas escolares destinadas a reforçar a participação de todos os alunos e evitar a evasão de um modo mais geral (ver quadro 2).

A primeira recomendação aconselha as escolas e os distritos a utilizar sistemas de dados que apoiem um diagnóstico realista do número de alunos que abandonam e que ajudem a identificar os alunos com elevado risco de abandono. Esta recomendação é fundamental para diagnosticar o grau em que as escolas terão de implantar estratégias para abordar a evasão. Além disso, a aplicação de qualquer uma das recomendações subseqüentes implicará num retorno contínuo aos dados individuais de cada estudante para acompanhar o sucesso da estratégia e ajustar as abordagens conforme necessário.

O painel analisou que o crescente envolvimento estudantil é fundamental para evitar a evasão. Esse engajamento envolve a participação ativa na aprendizagem e trabalhos escolares bem como na vida social da escola. Embora a evasão ocorra normalmente no ensino médio, o processo de desligamento pode começar muito mais cedo e incluem componentes acadêmicos, sociais e comportamentais. A trajetória de progresso de um jovem na escola começa no ensino fundamental, onde os estudantes estabelecem seu interesse na escola e desenvolvem as competências acadêmicas e comportamentais necessárias para prosseguir com sucesso.

Durante o ensino secundário,¹⁸ o interesse dos estudantes pela escola e competências acadêmicas pode começar a fraquejar, de modo que quando se dá a transição para o ensino médio, os alunos que estão em risco de abandono podem precisar de apoio individual intensivo ou de outros suportes para voltar a se envolver no propósito da educação. Educadores e políticos precisam estudar a forma de implantar estratégias intermediárias que visem aumentar o engajamento do aluno.

¹⁸ Nota minha. Quinta á oitava série no Brasil.

O engajamento inclui tanto o componente comportamental quanto o psicológico. A frequência, a participação nas aulas, o esforço em fazer trabalho escolar, e prevenção de ações disciplinares (nomeadamente suspensões) são indicadores de engajamento comportamental, ao passo que interesse e entusiasmo, um sentimento de pertencer e identificação com a escola constituem o envolvimento psicológico. Os dois aspectos do engajamento estão associados à evasão escolar. Participação nas atividades escolares e o sentimento de pertencer à comunidade escolar são dois componentes fundamentais do engajamento escolar e devem ser tratados como parte das estratégias de prevenção da evasão escolar ou de intervenção.

As recomendações dois, três e quatro sugerem focar nos alunos que apresentam maior risco de abandono e intervir intensamente em sua vida acadêmica, social e pessoal. Muitos estudantes não requerem atenção especial para impedi-los de abandonarem a escola. A identificação eficaz dos estudantes que estão de fato em risco pode permitir a execução de intervenções orientadas intensivas. As três recomendações orientadas se complementam, e o painel sugere empregá-las conjuntamente.

As recomendações cinco e seis sugerem estratégias de reforma mais abrangentes para a escola como um todo, destinadas a aumentar o engajamento de todos os alunos na escola. Estas poderiam ser adotadas por escolas com taxas extremamente altas de evasão escolar, onde uma grande parcela da população estudantil esteja em risco. Estas recomendações reconhecem o fato de que a evasão nem sempre ou totalmente se dá em função das atitudes, comportamentos, e ambiente externo dos alunos – escolas disfuncionais podem favorecer a evasão. Quando a escola é parte do problema, as recomendações cinco e seis propõem ambiciosos esforços para mudar o ambiente, o currículo e a cultura da escola. A recomendação cinco nos fornece estratégias para personalizar o ambiente escolar, em um esforço para resolver o problema do anonimato e fornecer a todos os alunos um sentimento de identificação. A recomendação seis aprimora esta sugestão, incentivando as escolas a fornecer aos alunos aprendizagens com significado através de uma ênfase consistente em oportunidades posteriores.

O painel acredita que o sucesso na redução das taxas de evasão escolar será alcançado se forem adotadas abordagens múltiplas, como parte de uma estratégia global para aumentar o engajamento estudantil. Apesar de algumas destas estratégias terem a capacidade de melhorar os índices de graduação na margem quando aplicado individualmente, o painel recomenda uma abordagem estratégica que integre múltiplas recomendações e tenha o potencial de fazer uma grande diferença.

É importante para o leitor lembrar que os níveis de avaliação das evidências delineadas no quadro 2 não são um julgamento dos autores deste guia prático sobre o quão eficaz cada uma destas seis práticas recomendadas irá se revelar quando executado em uma escola, e nem sequer são um julgamento dos autores do que pesquisas anteriores têm a dizer sobre sua eficácia. Como mencionado no apêndice A, estes níveis de avaliação de evidências refletem julgamentos dos autores sobre a qualidade da literatura de investigação existentes para apoiar uma alegação causal de que quando estas práticas foram implementadas no passado, foram observados efeitos positivos na evasão escolar. Elas não refletem a opinião dos autores sobre a força relativa destes efeitos positivos ou a importância relativa destas recomendações individuais.

Um exemplo pode ajudar a ilustrar esta distinção. A recomendação 1 tem um "baixo" nível de classificação de evidência. Isto significa que existem poucos estudos feitos para testar, de maneira padronizada e válida, a conexão entre a utilização de diagnóstico dos sistemas de dados e a redução da evasão. No entanto, os autores deste manual, baseado em opinião de peritos e os conhecimentos da prática, consideram a utilização do diagnóstico dos sistemas de dados um componente importante de uma intervenção bem implantada para prevenir a evasão. Assim, embora o seu nível de classificação de evidência seja considerado baixo, é aqui incluída como uma das nossas seis práticas recomendadas.

Quadro 2. Recomendações e níveis correspondentes de evidências para apoiar cada uma delas.

Recomendação	Nível de evidência
Diagnóstico	
<p>1. Utilize sistema de dados para apoiar um diagnóstico realista do número de alunos que abandonam os estudos e que ajude a identificar alunos de forma individual em risco de abandonar. Estados, distritos e escolas deveriam desenvolver um banco de dados abrangente e longitudinal sobre o nível dos alunos com características individuais que, no mínimo, deveriam incluir dados sobre faltas, reprovação, e baixo desempenho acadêmico. Os dados deveriam ser analisados regularmente, com ênfase particular antes da transição do ensino fundamental II para o ensino médio</p>	Baixo
Intervenções objetivadas	
<p>2. Designar advogados para alunos com risco de abandonar a escola. Advogados adultos deveriam ter a experiência apropriada e poucos casos para acompanhar, e ser adequadamente associado aos alunos. Treinamento adequado e apoio devem ser fornecidos para os advogados.</p>	Moderado
<p>3. Fornecer apoio e enriquecimento acadêmico para melhorar o desempenho acadêmico. Ajuda os alunos a melhorar o desempenho acadêmico e a se re-conectar com a escola. Isto deve implantado conjuntamente com outras recomendações.</p>	Moderado
<p>4. Implantar programas para melhorar o comportamento do aluno na sala de aula. Os alunos devem estabelecer objetivos acadêmicos e comportamentais possíveis de se alcançar e serem cumprimentados quando atingi-los. As escolas podem ensinar estratégias para fortalecer as competências para a solução de problemas e a tomada de decisão, e fazer parcerias com agências da comunidade que forneçam apoio aos alunos para enfrentar fatores externos que afetem as interações sociais e comportamentais.</p>	Baixo

Intervenções Gerais para a Escola	
5. Personalizar o ambiente de aprendizagem e processo educacional. Um ambiente personalizado de aprendizagem cria um sentimento de pertencer e encoraja um clima escolar onde professores e alunos conseguem se conhecer e pode fornecer encorajamento comportamental, social e acadêmico.	Moderado
6. Fornecer instrução relevante e rigorosa para melhor envolver os alunos na aprendizagem e suprir as habilidades necessárias para a graduação e auxiliá-los após a saída da escola. O envolvimento pode ser aumentado fornecendo-se aos alunos as competências necessárias para completar o ensino médio e apresentar-lhes as opções pós-ensino médias.	Moderado

Fonte: Compilações dos autores sobre as análises descritas no texto.